



Tasso vai apresentar relatório preliminar na semana que vem

Relator da reforma da Previdência, o senador ressaltou a necessidade de analisar em profundidade os dados e argumentos apresentados por todos os debatedores nos três dias de audiências

O senador Tasso Jereissati anunciou ontem que seu relatório preliminar sobre a reforma da Previdência será entregue à Comissão de Constituição e Justiça na próxima semana. Após a última audiência do ciclo promovido pela comissão, ele disse que precisa analisar os dados apresentados pelos palestrantes nos três dias de debates. Conforme a previsão inicial, o relatório seria entregue hoje.

Nas audiências de ontem, representantes de trabalhadores dos setores público e privado disseram que a

proposta aprovada pela Câmara não considera especificidades de algumas categorias e pediram regras de transição mais brandas.

O presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão do Sul, Genoir dos Santos, disse que a mineração, uma das atividades mais insalubres e perigosas, não recebeu a atenção do governo e dos deputados. Da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Noemia Porto afirmou que o pedágio de 100% das regras de transição é, na prática, transição nenhuma. **3**



Senador Marcos do Val preside a última audiência do ciclo promovido pela CCJ, ao lado do relator, Tasso Jereissati

Waldemir Barreto/Agência Senado



O presidente do Instituto Sathya Sai do Brasil, Rodrigo Cury, fala em debate conduzido por Eduardo Girão (3º à esq.)

Debate: método indiano pode contribuir com ensino

Debatedores que participaram de audiência ontem na Comissão de Educação disseram que o método de ensino indiano Sathya Sai

Educare, que integra o ensino convencional a conhecimentos para a formação do caráter, com o desenvolvimento de valores humanos, pode ajudar

o ensino do país.

O senador Eduardo Girão, que pediu a audiência, relatou que a experiência foi transformadora na sua vida. **2**

Código Florestal divide opiniões em sessão

Projeto para mudar o Código Florestal e dar mais aplicabilidade ao Cadastro Ambiental Rural e ao Programa de Regularização Ambiental dividiu opiniões de participantes de sessão temática do Senado. Para os defensores da proposta, a aplicação do código por promotores e juízes tem gerado insegurança jurídica para os produtores rurais. Os críticos dizem que o projeto pode piorar a imagem do Brasil no exterior. **4**



Aldo Rebelo e Luis Carlos Heinze em debate temático sobre Código Florestal

Jane de Araújo/Agência Senado

Rede pede a STF impeachment do ministro do Meio Ambiente

A Rede Sustentabilidade protocolou no Supremo Tribunal Federal pedido de impeachment do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por omissão em relação ao aumento do

desmatamento da Amazônia. A informação é do líder do partido no Senado, Randolfe Rodrigues. Segundo o senador, há jurisdição para que, em casos como esse, o julgamento seja do STF. **4**



Deputada Joenia e senadores Randolfe e Contarato mostram o pedido

Leopoldo Silva/Agência Senado

Setor de energia renovável teme possível extinção de subsídios

A extinção de subsídios e a separação entre lastro e energia são as principais preocupações dos representantes das fontes alternativas no que diz respeito ao projeto que permite a portabilidade da conta

de luz. O assunto voltou a ser discutido ontem na Comissão de Infraestrutura. O presidente do colegiado, Marcos Rogério, disse que um dos objetivos é abrir o mercado para os pequenos consumidores **4**

Senadores pedem que abuso de autoridade seja vetado

Encabeçado por Oriovisto Guimarães, abaixo-assinado do grupo Muda Senado é entregue ao ministro da Justiça, Sergio Moro, pedindo que proposta aprovada pela Câmara semana passada não seja sancionada

UM GRUPO DE senadores entregou ontem ao Ministro da Justiça, Sergio Moro, um manifesto pedindo veto integral ao Projeto de Lei 7.596/2017, que relaciona 37 situações em que servidores públicos e membros dos três Poderes podem ser processados por abuso de autoridade. A proposta foi aprovada pela Câmara na quarta-feira da semana passada. Os senadores consideram que o texto impõe riscos a investigações, principalmente às de combate à corrupção.

Encabeçado por Oriovisto Guimarães (Podemos-PR),

o abaixo-assinado entregue a Moro recebeu a adesão de outros 33 senadores do grupo Muda Senado. Em entrevista, os parlamentares disseram que a medida atende os apelos da população pela continuidade de ações como a Operação Lava Jato.

— Essas assinaturas são do grupo Muda Senado, contra todas as medidas que a Câmara aprovou na calada da noite. Vamos oferecer ao presidente, por meio do ministro Sergio Moro, o apoio para que ele veto — disse Oriovisto.

O líder do PSL, Major Olim-

pio (SP), afirmou que o manifesto é uma garantia ao presidente Jair Bolsonaro de que, caso parlamentares tentem derrubar o veto, pelo menos 41 senadores votarão contra a derrubada.

— Cada senador vai colocar a sua digital. Essa legislação não foi feita com o cérebro, mas com o fígado, num espírito de vingança contra juízes, promotores, policiais, quando o Brasil está ansiando justamente pelo enfrentamento à corrupção e o fortalecimento das estruturas de segurança.

O senador Alvaro Dias (Podemos-PR) defendeu os órgãos de investigação e de segurança e opinou sobre a motivação do projeto.

— O objetivo é a intimidação, é atemorizar, especialmente no âmbito da Operação Lava Jato.

Para Lasier Martins (Podemos-RS), o projeto é um instrumento para autoproteção de investigados por corrupção.

— A lei é para todos. Se alguém cometeu infrações, se há agentes políticos que as cometeram, também têm que ser processados.

Elmano destaca visita de Jair Bolsonaro ao Piauí

Elmano Férrer (Podemos-PI) destacou visita do presidente Jair Bolsonaro, na semana passada, ao Piauí, em comemoração aos 175 anos de Parnaíba.

— O presidente tem uma visão crítica acurada dos dramas vividos pelo Nordeste, enxergando o descaço, a corrupção e as velhas práticas políticas como os responsáveis pelo atraso histórico da Região Nordeste. E mudar esse cenário é uma de suas prioridades — disse.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Reforma precisa de mais tempo, afirma Zenaide

Zenaide Maia (Pros-RN) disse em Plenário que o Senado tem a obrigação de revisar com tranquilidade a proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019). Para a senadora, o país esperou até agora e não falhará se demorar um pouco mais na análise, já que a Câmara dos Deputados levou quase seis meses analisando a proposta.

— Essa reforma vai prejudicar a todos não existe essa história de uma classe que vai ficar imune. Isto é o abraço dos afogados — afirmou.

Mais pobres serão beneficiados, diz Marcos Rogério

Marcos Rogério (DEM-RO) defendeu em Plenário a reforma da Previdência (PEC 6/2019), mas cobrou sinceridade e transparência. Segundo o senador, a nova Previdência dará solidez ao Estado brasileiro, beneficiando os mais pobres.

— Estamos justamente defendendo a solidez do Estado, do qual é a classe mais pobre que mais depende para continuar vivendo e cuidando de suas famílias — afirmou Marcos Rogério.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Wellington defende novo pacto federativo

Vice-presidente da Frente Parlamentar do Municipalismo, Wellington Fagundes (PL-MT) pediu que, nas discussões de um novo pacto federativo, se compreendam as dificuldades dos prefeitos. Para o senador, a distribuição atual de verbas não assegura o mínimo que os municípios precisam para garantir a oferta adequada de serviços públicos, e “o bolo tributário não pode ter essa concentração tão grande no governo federal”.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Thaí A. Martins/Gabinete do senador Alvaro Dias



Lasier Martins, Eduardo Girão, Moro, Alvaro, Major Olimpio e Styvenson

Para debatedor, método indiano pode ajudar ensino

O método indiano Sathya Sai Educare, que integra ensino convencional a conhecimentos para a formação do caráter, com o desenvolvimento de valores humanos, foi debatido ontem na Comissão de Educação (CE).

O presidente do Instituto Sathya Sai de Educação do Brasil, Rodrigo Cury, explicou que a técnica educativa não é muito diferente da aplicada hoje em dia nas escolas convencionais, no entanto, vai além de simplesmente fornecer informações e busca resgatar valores humanos que estão sendo perdidos.

— Algumas pessoas falam: devem ser crianças frágeis, que

falam em amor, amizade. Mas é o contrário, são crianças que se sentem seguras, que foram acolhidas, que puderam se expressar, que desenvolveram sua capacidade de autoconfiança, sua força interior, e por isso estão mais preparadas que as demais para enfrentar os desafios do dia a dia.

O senador Eduardo Girão (Podemos-CE), que solicitou a audiência, trouxe relatos sobre como a experiência da educação Sathya Sai foi transformadora em sua vida.

— Comecei a mergulhar com todas as minhas limitações e imperfeições nesse programa e percebi que os valores ali implantados, paz, amor, não

violência, retidão e verdade, fazem toda a diferença.

Os participantes cobraram mais interesse dos políticos na educação. O presidente do Instituto Myra Eliane, Igor Queiroz, criticou a falta de recursos.

Styvenson Valentim (Podemos-RN) questionou a fiscalização do Fundeb — principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil.

— Educação não é só dar dinheiro. Não é Fundeb bilionário e aplicar aonde nem se sabe onde está aplicando. É imprescindível ter dado estatístico, ter informação, saber com quem a gente está lidando — disse o senador.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Reforma da Previdência
9h Audiência para debater proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019).

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Discursos e avisos da Mesa.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA Metas
14h Audiência para avaliar metas e resultados das ações de regularização fundiária.

SESSÃO SOLENE Maçom brasileiro
15h Dia do Maçom Brasileiro.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burre
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal
Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
Diagramação: Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Tasso entrega relatório na próxima semana

Inicialmente, documento seria apresentado hoje à CCJ. Ontem, com a presença do governo, comissão ouviu representantes de servidores e de outras categorias profissionais



O RELATOR DA reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Tasso Jereissati, anunciou ontem que seu relatório preliminar será entregue na próxima semana, e não mais hoje, como estava previsto anteriormente.

Após concluir a série de audiências promovidas pela CCJ para debater a proposta, Tasso ressaltou a necessidade de aprofundar a análise de informações e dados apresentados nos últimos três dias.

— As audiências públicas se estenderam e precisamos dos próximos dias para trabalhar com a equipe e analisar os dados apresentados — disse o senador, acrescentando que o calendário de tramitação da PEC deve ser ajustado em quatro ou cinco dias.

Debate

Ontem na comissão, representantes de trabalhadores dos setores público e privado criticaram PEC, por não considerar especificidades de algumas categorias, e pediram regras de transição mais brandas. O secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, no entanto, ressaltou que o Brasil está passando por uma transição demográfica, o que exige mudanças urgentes nas regras de aposentadoria.



Dirigindo o debate, Randolfe Rodrigues (E) ouve o relator da proposta, Tasso Jereissati

A presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Noemia Porto, criticou as regras para servidores. Segundo ela, o pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição que falta para atingir o mínimo exigido previsto em uma das regras de transição é, na prática, não ter transição alguma. Ela também criticou as alíquotas progressivas que incidem sobre os salários que podem chegar até a 22% no caso de trabalhadores do setor público. Segundo ela, a medida tem caráter de confisco.

— Nas duas emendas anteriores [de reforma da Previdência], tanto a de 1998 quanto a de 2003, houve um

cuidado do nosso Poder Legislativo constituído quanto as regras de adaptação na tentativa dos legisladores de não estabelecer nem quebra de confiança, nem violação ao direito adquirido e nem a vulnerabilidade da profissionalização do setor público brasileiro. Essa mesma realidade nós não temos percebido no que diz respeito a PEC 6/2019.

O presidente da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco Nacional), Mauro Silva, lamentou que os servidores tenham sido escolhidos como alvos.

— Os servidores ingressaram com base em uma proposta de trabalho

e hoje o meu empregador chama de privilégio.

Rolim disse que o aumento da expectativa de vida dos brasileiros e o crescimento do deficit da Previdência exige o estabelecimento de idade mínima para aposentadoria e regras mais duras para atingi-la.

O presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma e Regiões de Santa Catarina, Djonatan Mafei Elias, e o presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão do Sul, Genoir dos Santos, relataram os riscos da atividade de mineiro de subsolo e apontaram que apesar de a mineração ser uma das atividades de maior insalubridade e periculosidade, não recebeu a atenção do governo e dos deputados.

— O trabalhador de subsolo é igual ao jogador de futebol. Depois dos 40 ele passa a render menos porque tem que ter percepção, tem que ter força física, tem que ter agilidade. Mesmo assim a gente ainda tem problemas com acidentes fatais. Aqui como é uma Casa revisora a gente acredita que pode fazer esse tipo de correção — defendeu Santos.

Assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Eduardo Ferreira, afirmou que a PEC prejudica os trabalhadores de renda mais baixa.

Reforma é necessária, mas ainda há questionamentos, conclui audiência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) encerrou ontem o ciclo de audiências sobre a reforma da Previdência. Os principais questionamentos dizem respeito ao valor reduzido dos benefícios, ao tempo prolongado de contribuição, ao tratamento dado às aposentadorias especiais e à segurança jurídica da proposta (PEC 6/2019).

Ex-presidente do INSS, Mauro Hauschild afirmou que a reforma “esquece várias premissas” de proteção social para priorizar a questão fiscal. O diretor parlamentar do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), George Alex de Souza, destacou que os grandes agentes econômicos não foram chamados a fazer a sua parte e apenas os trabalhadores assalariados precisarão encarar ajustes para melhorar a situação da Previdência. Para o

ex-presidente do BNDES Paulo Rabello de Castro, muitas pessoas vão buscar a aposentadoria imediatamente, para escapar das novas regras, criando um rombo fiscal ainda maior.

Segundo a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, e a representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Suzani Ferraro, a reforma piora significativamente a situação das aposentadorias especiais para trabalhadores que se expõem a situações de perigo ou a agentes químicos e biológicos nocivos.

Secretário do Ministério da Economia, Bruno Bianco afirmou que todos os cálculos oficiais que indicam grave deficit previdenciário são embasados por órgãos técnicos, e a situação da Previdência é auditada anualmente pelo Tribunal de Contas da União (TCU).



Zenaide Maia, ao lado de Humberto Costa, protestou contra o tempo para analisar o texto

Representantes do governo divergem sobre empregos com nova Previdência

Ao contrário do que afirmou o secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, na terça-feira em audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o secretário de Política Econômica da pasta, Adolfo Sachsida, disse ontem, também na CCJ, que a reforma da Previdência vai gerar empregos. E fez uma previsão: 8 milhões até 2023.

— A nova Previdência vai gerar muitos empregos justamente porque ela quebra o ciclo vicioso do endividamento — observou.

A afirmação foi questionada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), ao lembrar que Marinho fez uma análise diferente: defendeu a importância da mudança para a economia, mas admitiu que “não será a reforma do sistema previdenciário que vai gerar

emprego, renda e oportunidade no Brasil”.

Otimista em relação aos impactos no mercado de trabalho e geração de renda, Sachsida reforçou que a proposta está “do lado dos mais pobres”.

— Nós estamos defendendo a situação dos mais pobres. É muito bom estar do lado dos mais pobres. Oito milhões de novos empregos para a população até 2023 — estimou.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) criticou a pressa para a votação e ressaltou que o Senado não pode tomar uma decisão tão importante em “apenas 30 dias”.

— Por que a Câmara pode passar cinco, seis meses com o projeto e aqui a gente tem que acelerar e votar em 30 dias? Eu acho que este não é um assunto para debatermos em 30 dias — avaliou a senadora.



Senadores Jorginho Mello, Alvaro Dias e Paulo Paim (5ª) ouvem palestrantes na audiência

Licenciamento ambiental automático recebe críticas

Comissão de Meio Ambiente debateu ontem projeto do senador Marcio Bittar que concede licença tácita, após decurso do prazo para análise de um empreendimento pelos órgãos responsáveis

DEBATEDORES CRITICARAM ONTEM, em audiência na Comissão de Meio Ambiente (CMA) a proposta de conceder licença ambiental automaticamente, após o decurso do prazo para análise de um empreendimento pelos órgãos responsáveis.

O PLP 71/2019 é do senador Marcio Bittar (MDB-AC), que considera a burocracia e o conjunto de leis ambientais entraves inflexíveis ao desenvolvimento. No entanto, parecer do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) pela rejeição da proposta foi acatado na CMA em maio. Um recurso apresentado pelo próprio Bittar levou o texto a ser analisado pelo Plenário. Lá, a proposta recebeu emenda substitutiva da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) sugerindo que o licenciamento tácito somente poderá ser dado para empreendimentos de pequeno porte e de baixo potencial poluidor.

Por conta da emenda, o texto retornou para análise da CMA e, em seguida, será avaliado pela Comissão de Infraestrutura (CI), atendendo a requerimento do senador Eduardo Braga (MDB-AM).

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin disse que a preocupação de Bittar é legítima, mas discordou da justificativa de dizer que a única consequência do descumprimento de prazos é a chance de se buscar essa permissão junto a órgãos ambientais de outros estados.

— Me atrevo a dizer que esse texto é um “papai noel”



Autor do pedido de audiência, Jaques Wagner (C) ouve Herman Benjamin

para os burocratas públicos corruptos que existem no nosso país. A punição não é para o agente, mas, neste caso, é para a sociedade — afirmou Benjamin.

A urbanista e advogada Suely Araújo observou que licenças tácitas por decurso de prazo colocam interesses individuais acima dos interesses da comunidade. Para ela, a falta de uma lei federal de licenciamento, a deficiência das equipes ambientais e falhas nos estudos técnicos são os fatores que atrasam as autorizações.

Ibama

Cerca de 90% dessas concessões são dadas pelos estados, disse Suely. O Ibama, órgão do qual foi presidente, emite somente cerca de 600 licenças por ano, quando a demanda é maior, disse.

— Mesmo reconhecendo o problema, minha sugestão é que isso seja resolvido no processo da Lei Geral de Licenciamento. Quero chamar a atenção para o fato de quem nem tudo se resolve por lei. Na minha opinião, são as equipes que devem ser estruturadas e

os processos para os pequenos empreendimentos, simplificados — avaliou.

Autor do requerimento para a audiência, Jaques Wagner (PT-BA) disse que, assim como um governador pode decidir, por questões ideológicas, não liberar um empreendimento, outros poderão desmontar os órgãos ambientais, para que a concessão seja dada automaticamente no fim do prazo. Para o senador, é preciso equilíbrio, a fim de evitar os dois extremos.

— Se o texto fosse aprovado, governadores sem consciência ecológica poderiam simplesmente drenar o órgão de licenciamento, e todas as licenças seriam aprovadas automaticamente. É preciso caminhos mais inteligentes para resolver um problema que angustia todo mundo, inclusive, os governadores.

O advogado Mauricio Guetta disse que o projeto pode gerar ainda mais problemas ambientais. Ele reforçou que as falhas nos estudos sobre os impactos ambientais são um dos maiores entraves na concessão de licenciamentos.

Debate: ainda há insegurança para aplicar Código Florestal

O Senado debateu em sessão temática ontem o projeto que modifica o Código Florestal (Lei 12.651, de 2012), com o objetivo de dar mais aplicabilidade ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). Autor do PL 3.511/2019, Luis Carlos Heinze (PP-RS) presidiu o debate. No seu entender, os produtores ainda sofrem de grande insegurança jurídica.

— Eu participei do processo da votação do Código Florestal como deputado. Era muito claro que um de seus focos era consolidar atividades agrosilvopastoris. Mas, infelizmente, isso está sendo interpretado de forma diferente — reclamou.

Para o presidente da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), “área conso-

lidada é consolidada”.

— Mas lá no Sul, os promotores dizem que mesmo nas áreas consolidadas, de campo nativo, se altera o cultivo, a pessoa é obrigada a estabelecer a reserva legal de 20%.

Para o jurista Leonardo Papp, o projeto reconhece o tratamento diferenciado à pequena propriedade e permite uma aplicação do CAR e do PRA mais condizente com a realidade do campo brasileiro.

Já o biólogo João Paulo Capobianco citou dados oficiais que atestam o aumento do desmatamento em quase todos os biomas do país. O diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Guimarães, disse que aprovar o projeto agora dará mais munção ao discurso internacional de que o Brasil está destruindo o meio ambiente.

Rede quer impeachment do ministro do Meio Ambiente

O líder da Rede, senador Randolfe Rodrigues (AP), informou que o partido protocolou ontem, no Supremo Tribunal Federal (STF), um pedido de impeachment do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, por omissão em relação ao crescimento do desmatamento da Amazônia.

Segundo Randolfe, há jurisdição determinando que o processo de impeachment dos ministros por crimes de responsabilidade autônomos deve ser julgado pelo STF.

— O pedido de impeachment de Ricardo Salles se fundamenta e se sustenta por notórios acontecimentos. A irresponsabilidade do senhor ministro de Estado, a

total ausência das políticas do Ministério do Meio Ambiente, o desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental, notoriamente do Ibama e do Instituto Chico Mendes, têm sido responsáveis pelo desmonte da política ambiental.

Acompanharam o anúncio o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), e a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR). Para ela, há ausência de uma política para prevenção de queimadas e de desmatamento. Randolfe lembrou que Salles cortou 50% dos recursos destinados ao Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (PrevFogo).

Extinção de subsídios preocupa setor de energia renovável

Na última audiência pública sobre o projeto da portabilidade de conta de luz (PLS 232/2016), senadores da Comissão de Infraestrutura (CI) ouviram representantes das fontes alternativas de energia. Eles se manifestaram favoravelmente ao projeto, mas apresentaram pontos de preocupação principalmente em relação à extinção de subsídios e à separação entre lastro e energia.

O presidente da CI e relator da proposta, Marcos Rogério (DEM-RO), lembrou que, além de abrir o mercado livre para os pequenos consumidores comprarem energia, o texto pretende modificar regras do

setor, como a extinção de subsídios, que vão render mais de R\$ 20 bilhões em 2019.

O presidente da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, Rodrigo Sauaia, disse que a fonte solar de energia corresponde a apenas 2 gigawatts de potência, ocupando a sétima posição na matriz energética brasileira.

Para o presidente da Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas, Paulo Arbex, é preciso uma reflexão antes de aprovar o projeto.

— Abertura não necessariamente reduz custo. O que reduz custo é ter uma matriz mais barata e uma infraestrutura mais barata.

Para Jean Paul Prates, privatizar a Petrobras é um erro do governo

Jean Paul Prates (PT-RN) criticou ontem a possibilidade de privatização da Petrobras, não descartada pelo presidente Jair Bolsonaro. Para o senador, a medida representa retrocesso e distancia o Brasil de se tornar um país moderno, com justiça social e oportunidade para todos.

— Essa política de desinvestimento da Petrobras, com a entrega de subsidiárias, essa desverticalização, esse desmantelamento, é um erro. E não apenas estratégico, mas porque os valores são ridículos e etéreos.



Jefferson Ruy/Agência Senado

Humberto afirma que crise ambiental tem repercussão mundial

Humberto Costa (PT-PE) afirmou ontem em Plenário que o presidente Jair Bolsonaro provocou a atual crise ambiental, que já repercute negativamente no mundo. O senador lembrou que, durante a campanha, Bolsonaro já demonstrava a intenção de não respeitar os limites impostos à exploração econômica de áreas de proteção ambiental e reservas indígenas.

— Somente nessa desastrosa gestão, o Brasil já registra cerca de 73 mil incêndios, um índice 83% maior do que o do ano passado. Desse total, 9 mil foram registradas apenas na semana passada.

Fernando Bezerra elogia Programa Criança Feliz

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) para elogiou ontem o Programa Criança Feliz, do Ministério da Cidadania, que está concorrendo ao prêmio da Cúpula Mundial de Inovação para a Educação.

O programa acontece em 2.619 municípios e emprega 20 mil profissionais nas visitas domiciliares, que tem como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância.

— Quero fazer um apelo para que o Congresso assegure os recursos para a manutenção do Criança Feliz.



Jefferson Ruy/Agência Senado